

PETROPOLITANAS

Gabriel Bordon/CM



Intervenção tem prazo de 120 dias

Em meio à intervenção, PL da 'tarifa zero' é aprovado

A Câmara Municipal de Petrópolis aprovou um projeto de lei que estabelece diretrizes para a implantação gradual da chamada "Tarifa Zero" no transporte público municipal. A proposta foi aprovada em meio à crise no sistema de ônibus da cidade, marcada pela intervenção da Prefeitura na empresa Turp. Apesar de a medida não prever gratuidade imediata nas passagens, o texto cria uma base legal para que o município planeje a implementação do modelo ao longo dos próximos anos. Na prática, o projeto pressiona o poder público a reformular o sistema de transporte coletivo antes da adoção definitiva da tarifa gratuita. A discussão sobre a Tarifa Zero em Petrópolis não é recente.

Tema não é recente

Em 2022, uma indicação legislativa já havia solicitado que a Prefeitura elaborasse estudos e planejamento para a possível implantação do modelo no município. Nenhuma medida efetiva foi anunciada entretanto. A Tarifa Zero é um modelo em que o usuário não paga diretamente pela passagem de ônibus. O custo do serviço passa a ser financiado pelo poder público, normalmente com recursos do orçamento municipal ou outras fontes de arrecadação.

Arquivo/CM



Boletim aponta operação abaixo dos 100% no primeiro dia

Operção com 87%

Apesar da intervenção decretada pela Prefeitura de Petrópolis, a empresa de ônibus Turp ainda não conseguiu cumprir integralmente a operação prevista em contrato. Dados divulgados no próprio boletim oficial da Prefeitura apontam que parte da frota segue fora de circulação por problemas mecânicos. Segundo levantamento da CPTrans, dos 134 ônibus previstos contratualmente para operar nas comunidades, apenas 109 circularam efetivamente. Os outros 25 veículos permaneceram retidos para manutenção mecânica.

Prazo e dúvidas

A intervenção determinada pelo prefeito Hingo Hammes tem prazo inicial de 120 dias e foi anunciada com a justificativa de reorganizar o sistema de transporte público. Apesar da medida, os números mostram que a operação ainda funciona abaixo do previsto no contrato firmado com o município. A situação levanta dúvidas sobre a capacidade da empresa de manter o serviço após o fim da intervenção.

Desenrola 2.0

Os 139.056 petropolitanos inadimplentes já podem renegociar as dívidas por meio do Desenrola 2.0. A segunda etapa do programa de renegociação do Governo Federal possibilita o uso do saldo do FGTS para quitação das dívidas. São mais de 510 mil dívidas e valor estimado em R\$ 910.786.510,00.

INSS

A Prefeitura e o INSS farão uma nova rodada de atendimentos nos terminais esta semana. Nesta terça-feira (26/5), o trabalho conjunto acontece no Terminal Centro; na quinta (28), a ação será levada para o Terminal Itamarati. O atendimento acontece de 9h às 13h de forma gratuita e sem agendamento.

Serviços

A Secretaria de Assistência Social vai oferecer os serviços de atualização de Cadastro Único (CadÚnico), emissão de declaração para solicitação de tarifa social (baixa renda) e orientações sobre benefícios sociais. Desde o mês passado, o trabalho conjunto já passou por todos os terminais da cidade.

Empregos

O Balcão de Empregos da Prefeitura de Petrópolis oferece esta semana 119 oportunidades de trabalho. As vagas estão disponíveis desta até a próxima sexta-feira (29/05) e os candidatos podem realizar o cadastro de seus currículos por meio do site oficial da Prefeitura (<https://www.petropolis.rj.gov.br>).

Revogou

A Prefeitura de Petrópolis revogou o decreto 146/2025 que previa a retomada de mais de 1,2 mil vagas na administração municipal, sendo a maioria (931) da Educação. O decreto não apresenta justificativa para a mudança, referencia apenas o princípio da autotutela da Administração Pública.

Balanço

O Cras Itinerante promoveu 430 atendimentos na Fábrica do Saber, na Estrada da Saudade, no sábado (23/5). A ação foi realizada pela Prefeitura para levar para mais perto dos moradores serviços oferecidos nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), e reuniu ainda outros parceiros.



Promotora cobra cumprimento do Plano de Contingência

MPRJ aponta falha da Defesa Civil durante alerta

Prefeitura diz que não houve necessidade para abrir unidades

Por Gabriel Rattes

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) pediu à Justiça que a Prefeitura de Petrópolis, por meio da Defesa Civil, preste esclarecimentos sobre a atuação do município durante os alertas de chuva registrados na última quarta-feira (20). A manifestação foi protocolada pela 1ª Promotoria de Tutela Coletiva de Petrópolis em um processo que acompanha ações preventivas contra tragédias provocadas pelas chuvas na cidade.

Segundo o documento, o sistema "Cell Broadcasting", conhecido como "sirene virtual", foi acionado para enviar alertas diretamente aos celulares da população. O MPRJ também cita que o Centro Estadual de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN-RJ) classificou Petrópolis com risco geológico alto.

Apesar dos avisos, o Ministério Público afirma que não houve comunicação sobre a abertura dos Pontos de Apoio, locais utilizados para acolher moradores em áreas de risco durante fortes chuvas. Para a Promotoria, a ausência dessas informações deixou a população sem orientação sobre onde buscar abrigo em caso de emergência.

O que diz a Prefeitura?

Em resposta ao Correio Petropolitano, a Secretaria de Proteção e Defesa Civil informou que não houve necessidade de abertura dos Pontos de Apoio porque os "gatilhos" previstos no Plano de Contingência para Chuvas Intensas Verão 2025-2026 não foram atingidos.

Segundo a Prefeitura, os alertas emitidos pelo sistema Defesa Civil Alerta/Cellbroadcast estavam relacionados exclusivamente ao risco de inundação na Rua Coronel Veiga, provocado pelo transbordamento do Rio Quitandinha. O município afirmou ainda que não foram emitidos alertas para risco geológico, como deslizamentos, porque os índices necessários não teriam sido alcançados.

A Defesa Civil informou que o primeiro alerta via SMS foi enviado às 7h50, indicando chuva moderada a ocasionalmente forte. Às 8h54, foi disparado um alerta severo para risco de inundação na Rua Coronel Veiga. Às 9h01, um novo aviso classificado como extremo comunicou a inundação da via. A Prefeitura também informou que houve fechamento da rua e acionamento das sirenes instaladas na região. O trânsito foi liberado às 9h47.

Na petição enviada à 4ª Vara Cível de Petrópolis, o MPRJ afirma que o acionamento do sistema de alertas, sozinho, não seria suficiente para garantir a segurança da população. O órgão destaca que o Plano de Contingência prevê a abertura e divulgação dos Pontos de Apoio quando há risco elevado de desastres, como deslizamentos e inundações.

Para o Ministério Público, a falta dessa comunicação configura "falha grave na gestão preventiva de desastres". O documento ainda cita boletim do CEMADEN-RJ que apontou Petrópolis com o maior acumulado de chuva do estado no período, registrando 90 milímetros em 24 horas.